

<p>Notas explicativas às demonstrações financeiras</p> <p><i>(Valores expressos em Reais)</i></p> <p>1. Contexto operacional O Instituto de Responsabilidade Social Sírio Libanês ("Instituto") é uma entidade constituída em 14 de abril de 2008, sem fins econômicos ou lucrativos, com sede à Rua Peixoto Gomide nº 337, Bela Vista, São Paulo, Estado de São Paulo, devidamente inscrita no Cadastro Nacional Pessoa Jurídica, sob o nº 09.538.688/0001-32.</p> <p>Em 15 de julho de 2008, foi reconhecido pela Secretaria Municipal de Gestão como Organização Social de Saúde no Município de São Paulo e, em 30 de novembro de 2009, como Organização Social de Saúde pela Secretaria Estadual de Gestão Pública, podendo, assim, efetuar parcerias junto aos Órgãos Públicos Municipais e Estaduais.</p> <p>O Instituto de Responsabilidade Social Sírio Libanês formalizou no ano de 2008, por meio de dois Convênios com a Secretaria Municipal da Saúde, o gerenciamento de três unidades de Assistência Médica Ambulatorial - AMA, sendo duas voltadas ao atendimento de urgências e emergências (AMA Peri-Peri e AMA Piauí) e, a terceira voltada ao atendimento ambulatorial especializado (AMA Especialidades Santa Cecília).</p> <p>Em 1º de outubro de 2008, por meio de Contrato de Gestão formalizado com a Prefeitura Municipal de São Paulo, por meio da Secretaria Municipal da Saúde, o Instituto assumiu a gestão e operacionalização do Hospital Municipal Infantil Menino Jesus.</p> <p>Em 17 de abril de 2011 foi celebrado o Convênio com a Secretaria Municipal da Saúde, objetivando o gerenciamento de Equipes da Saúde da Família, em conformidade com o programa Estratégia da Saúde da Família - E.S.F.</p> <p>Hospital Geral do Grajaú Em 15 de dezembro de 2011 foi celebrado o contrato que formalizou com o Governo do Estado de São Paulo, por meio da Secretaria de Estado da Saúde, o Contrato de Gestão adotado a gestão e operacionalização do Hospital Estadual Professor Liberato John Alfonse Di Dio do Grajaú - Hospital Geral do Grajaú a partir de 1º de janeiro de 2012.</p> <p>Ame Interlagos Em 15 de dezembro de 2011 foi celebrado o Contrato de Gestão com o Governo do Estado de São Paulo, por meio da Secretaria de Estado da Saúde, assumindo a gestão e operacionalização do Ambulatório Médico de Especialidades - AME Interlagos a partir de 1º de janeiro de 2012</p> <p>Lucy Montoro Em 2 de maio de 2012 foi celebrado o contrato que formalizou com o Governo do Estado de São Paulo, por meio da Secretaria de Estado da Saúde, o Contrato de Gestão, assumindo a gestão e operacionalização da Unidade de Reabilitação Lucy Montoro de Mogi Mirim.</p> <p>Em função do Instituto ser responsável apenas pela gestão dos hospitais, os ativos imobilizados relacionados a esses hospitais ficam sob responsabilidade do ente público.</p>	<p>1.1 Plano da Administração Instituto de Responsabilidade Social Sírio-Libanês - Reestruturação 2014 O Balanço de 31 de dezembro de 2013 apresenta um Passivo Circulante superior ao Ativo Circulante, no valor de R\$ 15.566.511. Essa variação é oriunda do excesso do Passivo Circulante sobre o Ativo Circulante do ano anterior de R\$ 8.718.700, mais parte do déficit de 2013 de R\$ 7.338.912.</p> <p>Ressalta-se que o Instituto deixou de contabilizar receitas em 2013: do ESF, R\$ 7.622.743; e do PERI PERI, R\$ 6.720.496, que totalizariam R\$ 14.343.239, cujos repasses haviam sido aprovados pela Prefeitura Municipal e deveriam integrar o seu contas a receber. Entretanto devido à prática da Prefeitura Municipal em suspender os repasses não pagos dentro do ano, abrindo novos Termos Aditivos no ano seguinte cancelando os valores do passado, o Instituto optou por não reconhecer essas receitas e contas a receber. Caso houvesse o registro, o excesso de passivo circulante sobre o ativo teria diminuído para R\$ 1.223.272 e a demonstração de resultado do exercício apresentado um superávit de R\$ 7.004.327 ao invés de déficit de 7.338.912</p> <p>Outro aspecto importante é que, embora o patrimônio líquido negativo, a Administração entende que o Instituto é mero gestor e não tem responsabilidade objetiva pelos déficits, pois cabe ao Estado lhe repassar ou não as verbas acordadas. Há hipótese de o Instituto optar por rescindir os contratos e transferir os déficits ao Ente Público, não afetando a continuidade de suas operações.</p> <p>A seguir apresentamos as principais informações relacionadas aos planos da Administração.</p> <p>(*) O contrato de gestão do IRSSL com a Secretaria de Estado da Saúde - SES, para gerenciamento do Hospital Geral do Grajaú, teve seu valor revisto para o exercício de 2014, através do T.A. 01/2014, passando de R\$ 10.500.000 para R\$ 11.053.350 mensal;</p> <p>(*) O contrato de gestão com a Secretaria Municipal da Saúde, para gerenciamento do Hospital Municipal Menino Jesus, o IRSSL informa que a partir da competência Maio/2014 o valor mensal de custeio foi revisto, passando de R\$ 2.804.437 para R\$ 3.404.437;</p> <p>Outras providências adotadas têm como foco a gestão do Hospital Geral do Grajaú, onde, em conjunto com a equipe do hospital, estão sendo revistos os contratos, a extinção de alguns cargos/funções, bem como a revisão dos benefícios sociais aos colaboradores. Atualmente, estuda-se a realização de processos de compras centralizados dos itens de consumo com maior relevância, para que haja aquisição em maior escala e consequente negociações vantajosas junto aos fornecedores.</p> <p>Quanto às provisões para cobertura de possíveis perdas em processos cíveis e trabalhistas, decorrentes do antigo gestor do Hospital Geral do Grajaú no montante de R\$ 6.714.530, existe um acordo tácito com a SES que os processos transitados em julgado, com seus valores conhecidos, serão cobertos pela Secretaria, através de termo aditivo financeiro ao Instituto, não onerando o fluxo de recursos financeiros definido para o ano.</p> <p><i>Concomitante com estas ações, o IRSSL tem aprofundado ainda mais o conjunto de medidas, com vistas a sanear as finanças, conforme se segue:</i></p>	<p>Negociação com os fornecedores das dívidas, com parcelamento dos valores, sem inclusão de encargos e alteração do prazo de pagamento dos novos fornecimentos de insumo para 90 dias após a entrega dos materiais.</p> <p>A Administração do Instituto acredita que os planos acima mencionados trarão os benefícios esperados na equalização das obrigações de curto prazo e garantirão a continuidade das operações da Entidade.</p> <p>2. Base de preparação</p> <p>a. Declaração de conformidade As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade, adotadas no Brasil.</p> <p>A presente demonstração financeira inclui dados não contábeis e dados contábeis, como operacionais e financeiros. Os dados não contábeis não foram objetos de auditoria e/ou outros procedimentos por parte dos auditores independentes.</p> <p>A emissão das demonstrações financeiras foi aprovada pelo Conselho da Administração do Instituto em 24 de abril de 2014.</p> <p>b. Base de mensuração As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros não derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado.</p> <p>c. Moeda funcional e moeda de apresentação Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional do Instituto. Todas as informações financeiras são apresentadas em Real e foram arredondadas para milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.</p> <p>d. Uso de estimativas e julgamentos A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.</p> <p>Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem, entre outros, a provisão para contingências (Nota Explicativa nº 11) e a mensuração de instrumentos financeiros (Nota Explicativa nº 18).</p> <p>3. Principais práticas contábeis</p> <p>As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente pelo Instituto em todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.</p>
---	---	--

<p>a. Caixa e equivalentes de caixa Inclui caixa, saldos positivos em conta movimento, aplicações financeiras resgatáveis no prazo de até 90 dias das datas das transações e com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado. As aplicações financeiras incluídas nos equivalentes de caixa são demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço.</p> <p>Os recursos financeiros que o Instituto possui, mas que estão vinculados a projetos são apresentados na rubrica de recursos vinculados a projetos.</p> <p>b. Recursos vinculados a projetos Recursos vinculados a projetos representam os saldos de bancos conta movimento e aplicações financeiras que possuem utilização restrita e somente poderão ser utilizados em projetos para fazer frente as obrigações do contrato de gestão.</p> <p>c. Estoques Os estoques estão relacionados, principalmente, a materiais hospitalares, medicamentos e materiais de consumo para serem utilizados junto aos pacientes atendidos nos hospitais. O custo dos estoques é baseado no princípio do custo médio, sendo avaliado com base no custo histórico de aquisição e acrescido de gastos relativos a transportes, armazenagem e impostos não recuperáveis. Os valores de estoques contabilizados não excedem os valores de mercado.</p> <p>d. Obrigações trabalhistas Contempla as provisões trabalhistas decorrentes de férias e encargos que é constituída com base na remuneração de cada funcionário e no período aquisitivo incorrido até a data do balanço.</p> <p>e. Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes Os ativos circulantes e não circulantes são apresentados pelo seu custo de aquisição ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos até a data do balanço.</p> <p>Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos incorridos até a data do balanço.</p> <p>f. Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas O Instituto é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.</p> <p>g. Apuração do resultado do exercício</p>	<p>As receitas, os custos e as despesas das operações são reconhecidos em conformidade com o regime contábil de competência.</p> <p>h. Receitas com trabalhos voluntários As receitas com trabalhos voluntários são mensuradas ao seu valor justo levando-se em consideração os montantes que o Instituto haveria de pagar caso contratasse estes serviços em mercado similar. Em 31 de dezembro de 2013 e 2012 o Instituto não registrou receitas e despesas relacionadas aos trabalhos voluntários em virtude de não ter efeito relevante nas demonstrações financeiras.</p> <p>(i) Instrumentos financeiros</p> <p><i>Ativos financeiros não derivativos</i> O Instituto reconhece os recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual o Instituto se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.</p> <p>O Instituto não reconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando o Instituto transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais dele em uma transação na qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pelo Instituto nos ativos financeiros é reconhecida como um ativo ou passivo individual.</p> <p>Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, o Instituto tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.</p> <p>O Instituto tem os seguintes ativos financeiros não derivativos: ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis.</p> <p><i>Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado</i> Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se, e somente se, o Instituto gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos do Instituto. Os custos da transação, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado como incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício.</p> <p><i>Empréstimos e recebíveis</i> Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os recebíveis são</p>	<p>medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. Os recebíveis abrangem caixa e equivalentes de caixa, recursos vinculados a projetos e outros créditos.</p> <p><i>Passivos financeiros não derivativos</i> O Instituto reconhece títulos de dívida emitidos e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual o Instituto se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. O Instituto baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas.</p> <p>O Instituto tem os seguintes passivos financeiros não derivativos, fornecedores e contratos de gestão e convênios.</p> <p>Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.</p> <p>4. Recursos vinculados a projetos - contrato de gestão e convênios</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th></th> <th>2013</th> <th>2012</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Caixa e Bancos</td> <td>953.533</td> <td>760.304</td> </tr> <tr> <td>Aplicações financeiras</td> <td>8.149.000</td> <td>8.323.000</td> </tr> <tr> <td></td> <td><u>9.102.553</u></td> <td><u>9.083.304</u></td> </tr> </tbody> </table> <p>As aplicações financeiras são de curto prazo, de alta liquidez, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Referem-se principalmente a Certificados de Depósitos Bancários (CDBs). As remunerações das aplicações financeiras rendem juros que variam de 81% a 100% do CDI.</p> <p>5. Recursos a receber de projetos - contrato de gestão e convênios</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th></th> <th>2013</th> <th>2012</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Recursos a receber de projetos - Hospital Geral do Grajaú</td> <td>11.359.049</td> <td>9.112.498</td> </tr> <tr> <td>Recursos a receber de projetos - Hospital Menino Jesus</td> <td>2.804.437</td> <td>2.000.332</td> </tr> <tr> <td>Recursos a receber de projetos - Matriz (E.S.F e Lucy)</td> <td>-</td> <td>1.561.431</td> </tr> <tr> <td>Recursos a receber de projetos - Lucy Montoro</td> <td>474.398</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td>Recursos a receber de projetos - AMAS Peri-peri</td> <td>-</td> <td>925.852</td> </tr> <tr> <td>Recursos a receber de projetos - AMAE Santa Cecília</td> <td>-</td> <td>853.603</td> </tr> <tr> <td>Recursos a receber de projetos - AMA Interlagos</td> <td>1.074.392</td> <td>1.013.576</td> </tr> <tr> <td></td> <td><u>15.712.276</u></td> <td><u>15.467.292</u></td> </tr> </tbody> </table>		2013	2012	Caixa e Bancos	953.533	760.304	Aplicações financeiras	8.149.000	8.323.000		<u>9.102.553</u>	<u>9.083.304</u>		2013	2012	Recursos a receber de projetos - Hospital Geral do Grajaú	11.359.049	9.112.498	Recursos a receber de projetos - Hospital Menino Jesus	2.804.437	2.000.332	Recursos a receber de projetos - Matriz (E.S.F e Lucy)	-	1.561.431	Recursos a receber de projetos - Lucy Montoro	474.398	-	Recursos a receber de projetos - AMAS Peri-peri	-	925.852	Recursos a receber de projetos - AMAE Santa Cecília	-	853.603	Recursos a receber de projetos - AMA Interlagos	1.074.392	1.013.576		<u>15.712.276</u>	<u>15.467.292</u>
	2013	2012																																							
Caixa e Bancos	953.533	760.304																																							
Aplicações financeiras	8.149.000	8.323.000																																							
	<u>9.102.553</u>	<u>9.083.304</u>																																							
	2013	2012																																							
Recursos a receber de projetos - Hospital Geral do Grajaú	11.359.049	9.112.498																																							
Recursos a receber de projetos - Hospital Menino Jesus	2.804.437	2.000.332																																							
Recursos a receber de projetos - Matriz (E.S.F e Lucy)	-	1.561.431																																							
Recursos a receber de projetos - Lucy Montoro	474.398	-																																							
Recursos a receber de projetos - AMAS Peri-peri	-	925.852																																							
Recursos a receber de projetos - AMAE Santa Cecília	-	853.603																																							
Recursos a receber de projetos - AMA Interlagos	1.074.392	1.013.576																																							
	<u>15.712.276</u>	<u>15.467.292</u>																																							

Referem-se às parcelas a receber de repasses para custeio e investimento, recebidas em janeiro do exercício seguinte.				
6. Créditos diversos				
	2013	2012		
Adiantamento a funcionários	691.083	479.236		
Valores a receber	65.127	31.612		
Outros créditos diversos	32.143	19.015		
	<u>788.353</u>	<u>529.863</u>		
7. Estoques				
	2013	2012		
Medicamentos, materiais médicos-cirúrgicos e enfermagem	1.028.194	886.092		
Gêneros alimentícios, rouparia, uniformes e outros	191.701	163.448		
	<u>1.219.895</u>	<u>1.049.540</u>		
8. Fornecedores				
	2013	2012		
Nacionais	15.927.749	9.906.744		
Referem-se às obrigações correntes com fornecedores, principalmente de serviços e de materiais hospitalares.				
Os fornecedores por vencimento apresentam-se da seguinte maneira:				
	2013	2012		
Vencidos	9.378.138	8.264.908		
A vencer até 30 dias	3.552.324	1.368.071		
A vencer de 31 a 180 dias	2.243.446	253.155		
A vencer há mais de 180 dias	753.841	20.610		
	<u>15.927.749</u>	<u>9.906.744</u>		
Quando aos fornecedores vencidos e não pagos, passamos a negociar com os nossos credores no sentido de estabelecer uma proposta de pagamento parcelado da dívida, sem nenhuma inclusão de multas, juros e quaisquer outras taxas. Permanecemos obtendo êxito nestas negociações escalonando todas as nossas dívidas, sendo que os parcelamentos propostos vêm sendo rigorosamente cumpridos.				
9. Obrigações trabalhistas e tributárias				
	2013	2012		
Salários e ordenados a pagar	5.525.464	3.716.548		
Encargos sociais e obrigações fiscais a recolher	6.073.795	5.489.919		
Provisão para férias e encargos sobre férias	13.016.583	12.136.892		
	<u>24.615.842</u>	<u>21.343.359</u>		
10. Contrato de gestão e convênios				
	2013	2012		
Contrato de gestão e convênios	1.859.647	3.749.416		
O Instituto de Responsabilidade Social Sirio Libanês mantém contratos de gestão e convênios com a Prefeitura de São Paulo e Governo do Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria Municipal da Saúde e Secretaria de Estado da Saúde, respectivamente.				
Convênios com a Prefeitura de São Paulo				
O Instituto de Responsabilidade Social Sirio Libanês mantém três convênios com a Prefeitura de São Paulo, por meio dos quais efetua o gerenciamento de três Assistências Médicas Ambulatoriais (AMA), sendo elas:				
AMA Peri-Peri				
Localizada na Rua João Guerra, nº 247 - Jardim Peri-Peri e AMA Piauí, situada na Praça Camilo Castelo Branco, nº 10 - Vila Nilva. Contrato de Convênio nº 072/08 firmado em 29 de Julho de 2008 com a Prefeitura Municipal de São Paulo, por meio da Secretaria Municipal da Saúde, prevê a gestão até 31 de Dezembro de 2008, prorrogado até 30 de Junho de 2014 conforme Termo Aditivo Nº 08/2013 e o valor do repasse estimado até 30 de junho de 2014 é de R\$ 5.626.345.				
AMA Especialidades Santa Cecília				
Localizada na Rua Vitorino Carmilo, nº599 - Santa Cecília. Contrato de Convênio nº 074/08 firmado em 12 de agosto de 2008 com a Prefeitura Municipal de São Paulo, por meio da Secretaria Municipal da Saúde, prevê a gestão a partir de 31 de dezembro de 2008, prorrogado até 30 de Junho de 2014 conforme Termo Aditivo Nº 10/2013 e o valor do repasse estimado até de R\$ 5.071.858.				
Programa Estratégia da Saúde da Família				
Contrato de Convênio nº 003/2011 firmado em 14 de Abril de 2011 com a Prefeitura Municipal de São Paulo, por meio da Secretaria Municipal da Saúde, prevê a gestão a partir de 14 de abril de 2011, até 31 de dezembro de 2011, prorrogado até 30 de Junho de 2014 conforme Termo Aditivo Nº 04/2013 e o valor do repasse até 30 de junho de 2014 é de R\$ 7.413.649.				
Contratos de gestão com a Prefeitura e o Governo de São Paulo				
O Instituto de Responsabilidade Social Sirio Libanês mantém três contratos de				
gestão com a Prefeitura e Governo de São Paulo, para efetuar o gerenciamento de dois Hospitais, uma Unidade de Reabilitação e um Ambulatório Médico de Especialidades (AME), sendo elas:				
Hospital Municipal Infantil Menino Jesus				
Localizada na Rua dos Ingleses, nº 258 - Bela Vista. Contrato de Gestão nº 013/2008-NTCSS-SMS com a Prefeitura de São Paulo/Secretaria Municipal da Saúde firmado em 15 de outubro de 2008 com a Prefeitura Municipal de São Paulo, por meio da Secretaria Municipal da Saúde, prevê a gestão a partir de 1º de janeiro de 2009, por 3 anos, renovado por mas 3 anos a partir de 01 de outubro de 2011 conforme Termo Aditivo Nº 06/2011. O valor do repasse estimado para 2014 é de R\$ 38.453.244.				
Hospital Estadual Professor Liberato John Alfonse Di Dio do Grajaú - Hospital Geral do Grajaú				
Localizado na Rua Francisco Octávio Pacca, nº 180 - Grajaú. Contrato de Gestão nº 001.0500.000.066/2011 firmado em 15 de dezembro de 2011 com o Governo do Estado de São Paulo, por meio da Secretaria de Estado da Saúde, prevê a gestão a partir de 1º de janeiro de 2012, por 5 anos. O valor do repasse estimado para 2014 é de R\$ 132.640.200.				
Unidade de Reabilitação Lucy Montoro de Mogi Mirim				
Localizada na Avenida Professor Adib Chaib, nº 1.001 - Mogi Mirim. Contrato de Gestão nº 001.0500.000.002/2012 firmado em 2 de maio de 2012 com o Governo do Estado de São Paulo, por meio da Secretaria de Estado da Saúde, prevê a gestão a partir de 2 de maio de 2012 por 5 anos. O valor do repasse estimado para 2014 é de R\$ 5.692.779.				
AME Interlagos				
Localizada na Rua Artur Nascimento Júnior, nº 120 - Interlagos. Contrato de gestão nº 001.0500.000.070/2011 firmado em 15 de dezembro de 2011 com o Governo do Estado de São Paulo, por meio da Secretaria de Estado da Saúde, prevê a gestão a partir de 1º de janeiro de 2012 por 5 anos. O valor do repasse estimado para 2014 é de R\$ 13.292.698.				
A seguir os contratos em andamento no exercício e sua movimentação demonstrando o total de recursos recebidos pelo Instituto e os rendimentos financeiros desses recursos, bem como os montantes utilizados na execução dos projetos (consumo). Os saldos da Matriz representam as operações da estrutura administrativa para manutenção e gerenciamento dos projetos em andamento.				
	2013	2012		
Convênio PMSP - AMAs Peri-Peri	-	2.002.638		
Convênio PMSP - AMAE Santa Cecília	-	659.745		
Contrato Gestão PMSP - Hospital Menino Jesus	26.386	-		
Convênio PMSP Saúde da Família	-	1.087.033		
Contrato Gestão GESP - Hospital Geral do Grajaú	1.393.301	-		
Contrato Gestão GESP - AME Interlagos	439.960	-		
	<u>1.859.647</u>	<u>3.749.416</u>		

11. Provisões para contingências									
	2013	2012							
Provisão para contingências	6.714.530	6.204.893							
O Instituto é parte (pólo passivo) em ações judiciais envolvendo questões trabalhistas.									
A Administração, apoiada na opinião de seus consultores legais, constituiu provisões para cobertura das perdas consideradas como prováveis para os processos, nos montantes indicados a seguir:									
	2012	2012							
	Saldo Inicial	Constituição de Provisão	Pagamentos	Baixa	Saldo Final				
Trabalhistas	632.687	491.491	114.990	(463.951)	545.237				
Cíveis	5.572.206	597.087	-	-	6.619.293				
	<u>6.204.893</u>	<u>1.088.578</u>	<u>114.990</u>	<u>(463.951)</u>	<u>6.714.530</u>				
O Instituto está envolvido em outros processos cíveis e trabalhistas surgidos no curso normal de suas operações, classificados pelos nossos assessores jurídicos como risco de perda possível, para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não requerem sua contabilização. Os montantes destes processos, em 31 de dezembro de 2013, são: trabalhistas R\$ 4.995.535 e cíveis R\$ 18.248.649; e, em 31 de dezembro de 2012, são: trabalhistas R\$ 3.104.255, e cíveis R\$ 8.573.131. Os principais temas trabalhistas abordados nesses processos versam sobre horas extras, adicionais de insalubridade, equiparação salarial, verbas rescisórias, dentre outros. Não são esperadas perdas no encerramento desses processos, além dos valores já provisionados. Os processos relacionados a natureza cíveis, tem os principais discussões erros médicos, de diagnósticos, entre outros.									
12. Patrimônio líquido									
O Patrimônio Social do Instituto foi formado pelos superávits e déficits acumulados. Conforme estatuto social, o Instituto deve aplicar integralmente seus recursos na manutenção de seus objetivos institucionais, não podendo, como consequência, distribuir nenhuma parcela de seu patrimônio ou de suas rendas a título de lucro ou de participação no seu superávit. Dessa forma, o superávit e déficits do exercício são integralmente incorporados ao patrimônio social.									
De acordo com o Estatuto Social, em caso de extinção ou dissolução do Instituto, os bens que integram o seu patrimônio, bem como os excedentes financeiros decorrentes de suas atividades, serão destinados ao patrimônio de outra organização social da mesma área de atuação ou ao patrimônio do órgão público ou instituição pública na proporção dos recursos e dos bens por ele alocados nos termos do contrato de gestão.									
Hospital Geral do Grajaú									
Em 15 de dezembro de 2011 foi celebrado o contrato que formalizou com o Governo do Estado de São Paulo, por meio da Secretaria de Estado da									
Saúde, o Contrato de Gestão assumindo a gestão e operacionalização do Hospital Estadual Professor Liberato John Alfonse Di Dio do Grajaú - Hospital Geral do Grajaú a partir de 1º de janeiro de 2012.									
Nessa data, os seguintes ativos e passivos foram transferidos para o Instituto, representando um acervo líquido negativo de R\$ 17.803.198.									
	Ativo	RS	Passivo	RS					
Estoque de medicamentos	1.008.453		Provisão para férias e encargos	5.392.250					
Adiantamentos a funcionários	309.727		Salário e encargos a pagar	3.647.059					
			Fornecedores e contas a pagar	4.710.260					
			Provisão para contingências	5.371.809					
			Acervo líquido	(17.803.198)					
Total de ativos	1.318.180		Total de passivos	1.318.180					
Ame Interlagos									
Em 15 de dezembro de 2011 foi celebrado o Contrato de Gestão com o Governo do Estado de São Paulo, por meio da Secretaria de Estado da Saúde, assumindo a gestão e operacionalização do Ambulatório Médico de Especialidades - AME Interlagos a partir de 1º de janeiro de 2012. A AME Interlagos apresentou em 1º de janeiro de 2012 estoque de R\$ 83.154, representando o acervo líquido transferido									
Incorporação por meio de concessão									
Trata-se substancialmente do acervo líquido recebido dos projetos que iniciaram a gestão pelo Instituto a partir de 2012. O saldo está composto pelos seguintes saldos:									
				RS					
Acervo líquido o Hospital Geral do Grajaú				(17.803.198)					
Estoques recebidos da Ame Interlagos				83.154					
Outros				(935.557)					
				<u>(18.655.601)</u>					
Ajustes de avaliação patrimonial retificando o acervo líquido recebido				9.902.473					
Valor reconhecido no patrimônio líquido do Instituto em 2012				<u>(8.753.128)</u>					
Ajustes de Avaliação Patrimonial									
O Instituto procedeu à retificação das Demonstrações Contábeis de 2012 e Acervo Líquido Transferidos dos Hospitais HGG e AME Interlagos, devido a valores alocados fora dos seus períodos de competência. As contas objeto desses ajustes estão sendo apresentadas retrospectivamente para fins de comparabilidade, sendo as seguintes:									

Ativo	2012 Saldo Anteriormente apresentados	Ajustes de Avaliação Patrimonial	2012 Saldo Ajustados	2011 Saldo Anteriores	Acervos Líquidos Transferidos do HGG AMEI	2011 Saldo Ajustados
Caixa e Equivalentes de Caixa	10.795.958	(3.000) (i)	10.792.958	-	-	-
Créditos Diversos	906.598	(395.537) (i)	511.061	-	-	-
Transferência de Numerário	1.558.834	6.423 (i)	1.565.257	-	-	-
Valores a Receber	4.881.522	(2.323) (i)	4.879.199	-	-	-
Valores a Receber- SMS/SES		10.600.472 (ii)	10.600.472	-	9.612.206 (ii)	9.612.206
Passivo						
Contas a Pagar	13.560	11 (ii)	13.571	-	-	-
Fornecedores	7.468.362	2.445.791 (iii)	9.914.153	-	-	-
Obrigações Trabalhistas	8.538.054	241.388 (i)	8.779.441	-	-	-
Obrigações Tributárias	613.752	10.483 (i)	624.235	-	-	-
Provisões para Contingências	6.004.496	200.397 (i)	6.204.892	-	-	-
(Déficit) superávit acumulado	(18.365.334)	9.612.206 (iv)	(8.753.128)	43.854 (iv)	9.612.206 (iv)	9.656.060
Déficit exercício	(3.844.647)	(2.304.240) (iv)	(6.148.887)			
Receitas						
Receita Operacional	199.165.680	988.266 (iv)	200.153.946			
Despesas						
Despesas com pessoal e gerais	180.781.308	3.292.506 (iv)	184.073.814			

(i) Referem-se a ajustes de reconciliações de contas efetuados após o encerramento do exercício e corrigidos retrospectivamente nas demonstrações financeiras do exercício de 2012.	13. Receitas operacionais		14. Outras receitas operacionais	
	2013	2012	2013	2012
(ii) O Instituto entende que a parcela do contrato de gestão que é paga no início do exercício seguinte deve ser reconhecida por competência no exercício em curso como forma de contrapor as despesas já provisionadas que serão liquidadas financeiramente no início do próximo exercício social. Com base nesse conceito efetuou o reconhecimento de contas a receber retrospectivamente nos exercícios de 2011, 2012 e 2013.	121.790.740	119.375.691	919.777	-
(iii) Refere-se a passivos com fornecedores reconhecidos por competência no exercício de 2012.	34.227.081	32.728.620		
(iv) Refere-se aos efeitos líquidos dos ajustes mencionados nos itens (i), (ii) e (iii) acima que impactaram o resultado dos exercícios de 2013 e 2012 e patrimônio líquido de 2013, 2012 e 2011.	18.209.680	16.858.841		
	12.223.738	11.611.814		
	10.412.551	10.005.863		
	10.505.095	9.573.117		
	<u>207.368.885</u>	<u>200.153.946</u>		

15. Receitas de doações	2013	2012	2013	2012	Risco de crédito	
Matriz	100.006	-	16.091.760	13.838.319	Risco de crédito é o risco de o Instituto incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contra-parte em um instrumento financeiro, decorrentes da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente do risco de perda nos recursos aplicados porém o risco é reduzido em função da totalidade dos recursos estarem aplicados em bancos considerados de primeira linha.	
Hospital Menino Jesus	512.741	-	9.082.723	9.976.624		
Programa de Saúde da Família	944	-	4.133.012	3.245.972		
Lucy Montoro de Mogi Mirim	4.565	-	1.730.002	1.289.697		
AME Interlagos	1.268	-	1.166.757	667.176		
AMAE - Santa Cecília	2.226	-	873.129	1.172.195		
AMAS - Peri Peri/Piauí	50	-	767.706	2.272.142		
	<u>621.800</u>	<u>-</u>	681.850	1.344.742		
As receitas próprias são constituídas por doações (monetárias ou materiais) oriundas de instituições privadas para ajuda no custeio das operações entre as unidades.			Despesa com telecomunicações	676.096		610.799
A unidade Hospital Menino Jesus recebeu doação no montante de R\$ 474.913 de renúncia Fiscal da Eletropaulo mais R\$ 34.662 recebidos da UNICID como doação para ajuda no custeio do próprio Hospital.			Outras despesas	1.177.326		1.023.689
A unidade AME Interlagos recebeu doações de medicamentos de diversas unidades para manutenção de suas atividades.				<u>36.380.361</u>		<u>35.441.355</u>
As demais unidades receberam doações receberam doações da UNICID para ajuda no custeio anual.						
16. Despesa com pessoal e encargos	2013	2012	18. Instrumentos financeiros			
Salários e ordenados	96.796.113	93.541.405-	O Instituto opera apenas com instrumentos financeiros não derivativos que incluem aplicações financeiras e caixa e equivalentes de caixa, assim como contas a pagar e salários, férias e encargos, cujos valores são representativos aos respectivos valores de mercado.			
Encargos sociais	37.469.222	36.226.810-	Os valores contábeis constantes no balanço patrimonial, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência destes, com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado. Durante este exercício o Instituto não efetuou operações com derivativos.			
Benefícios a funcionários	10.005.490	16.278.048-	Em função das características e forma de operação bem como a posição patrimonial e financeira em 31 de dezembro de 2013, o Instituto está sujeita aos fatores de:			
Verbas indenizatórias	2.423.962	2.586.196-	Risco de liquidez			
	<u>146.694.787</u>	<u>148.632.459-</u>	Risco de liquidez é o risco em que o Instituto irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A Abordagem do Instituto na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação do Instituto. O Instituto mantém discussões com os órgãos públicos para fins de garantir sua liquidez, principalmente com o Governo do Estado de São Paulo, por meio da Secretaria de Estado da Saúde, para buscar a equalização das obrigações assumidas na gestão do Hospital Geral do Grajaú.			
17. Despesas administrativas e gerais						

Classificações contábeis e valores justos													
Valor justo contra valor contábil													
O Instituto entende que o valor justo dos ativos e passivos financeiros são equivalentes os valores contábeis abaixo apresentados:													
	Nota	Designados ao valor justo	Recebíveis	Outros passivos financeiros 2013	Total contábil	Valor justo		Nota	Designados ao valor justo	Recebíveis	Outros passivos financeiros 2013	Total contábil	Valor justo
31 de dezembro 2013							31 de dezembro 2012						
Caixa e equivalentes de caixa		38.351	-	-	38.351	38.351	Caixa e equivalentes de caixa		150.820	-	-	150.820	150.820
Recursos vinculados a projetos - contrato de gestão e convênios	4	9.102.553	-	-	9.102.553	9.102.553	Recursos vinculados a projetos - contrato de gestão e convênios	4	9.083.304	-	-	9.083.304	9.083.304
Recursos a receber de projetos - contrato de gestão e convênios	5	-	15.712.276	-	15.712.276	15.712.276	Recursos a receber de projetos - contrato de gestão e convênios	5	-	15.467.292	-	15.467.292	15.467.292
Outros ativos	6 e 7	2.048.362	-	-	2.048.362	2.048.362	Outros ativos	6 e 7	1.600.981	-	-	1.600.981	1.600.981
Fornecedores	8	-	-	(15.927.749)	(15.927.749)	(15.927.749)	Fornecedores	8	-	-	(9.906.744)	(9.906.744)	(9.906.744)
Contrato de gestão e convênios	10	-	-	(1.859.647)	(1.859.647)	(1.859.647)	Contrato de gestão e convênios	10	-	-	(3.749.416)	(3.749.416)	(3.749.416)
Outras obrigações	9	-	-	(24.640.542)	(24.640.542)	(24.640.542)	Outras obrigações	9	-	-	(27.548.252)	(27.548.252)	(27.548.252)
		11.189.266	15.712.276	(42.427.938)	(15.526.396)	(15.526.396)			10.835.105	15.467.292	(41.204.412)	(14.902.015)	(14.902.015)

<p>19. Partes relacionadas O Instituto não possui transações entre partes relacionadas e os membros do conselho de administração deliberativo não são remunerados.</p> <p>20. Informações por projetos As informações por projetos estão sendo apresentadas segregando os resultados do Instituto, bem como seus ativos e passivos, entre os projetos em andamento, descritos na nota explicativa 1. (O quadro referente a esta nota encontra-se publicado acima)</p> <p>21. Tributos e contribuições 21.1 Imposto de renda e contribuição social Em virtude de ser um Instituto sem fins lucrativos, o Instituto goza do benefício de isenção do pagamento dos tributos federais incidentes sobre o resultado, de acordo com o Decreto nº 76.186 de 2 de setembro de 1975, artigos 167 a 174 do Regulamento do Imposto de Renda (RIR), aprovado pelo Decreto nº 3.000 de 26 de março de 1999 e artigo 195 da Constituição Federal.</p> <p>21.2 PIS O Instituto está sujeita ao pagamento da contribuição para o PIS calculado sobre a folha de salários a alíquota de 1% de acordo com a Lei nº 9.532/97.</p> <p>21.3 COFINS O Instituto é isento do recolhimento da COFINS incidente sobre as receitas relativas às suas atividades próprias, de acordo com as Leis nºs 9.718/98 e 10.833/03.</p>	<p>21.4 Renúncia fiscal Em atendimento a ITG 2002 - entidade sem finalidade de lucros, aprovada pela resolução CFC n.º 1.409/12, o Instituto apresenta abaixo a renúncia fiscal apurada no exercício de 2013. Abaixo segue os impostos e contribuições com seus respectivos percentuais apurados, ressaltando que tratam-se de cálculos estimados de renúncia fiscal abrangendo os principais impostos e contribuições em função da Sociedade não possuir escrituração fiscal, tal como, escrituração do LALUR, em função de sua natureza de entidade sem fins lucrativos.</p> <p>Incidentes sobre a receita (ISS 5%, PIS 0,65% e COFINS 3,0% - regime cumulativo) Incidentes sobre o superávit do exercício (IRPJ e CSSL 34%).</p> <p>Com base no estudo baseado nas estimativas acima, o valor das principais renúncias fiscal apurada são:</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th></th> <th>2013</th> <th>2012</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td><i>Incidentes sobre a receita</i></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Receita, depois dos descontos</td> <td>207.368.885</td> <td>200.153.946</td> </tr> <tr> <td>ISS 5%</td> <td>10.368.444</td> <td>10.007.697</td> </tr> <tr> <td>PIS 0,65%</td> <td>1.347.898</td> <td>1.301.001</td> </tr> <tr> <td>COFINS 3,0%</td> <td>6.221.067</td> <td>6.004.618</td> </tr> <tr> <td></td> <td>17.937.409</td> <td>17.313.316</td> </tr> <tr> <td><i>Incidentes sobre o Superávit</i></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Déficit do exercício</td> <td>(7.338.912)</td> <td>(6.148.887)</td> </tr> <tr> <td>IRPJ e CSSL 34%</td> <td>-</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td></td> <td>17.937.409</td> <td>17.313.316</td> </tr> </tbody> </table>		2013	2012	<i>Incidentes sobre a receita</i>			Receita, depois dos descontos	207.368.885	200.153.946	ISS 5%	10.368.444	10.007.697	PIS 0,65%	1.347.898	1.301.001	COFINS 3,0%	6.221.067	6.004.618		17.937.409	17.313.316	<i>Incidentes sobre o Superávit</i>			Déficit do exercício	(7.338.912)	(6.148.887)	IRPJ e CSSL 34%	-	-		17.937.409	17.313.316	<p style="text-align: center;">* * *</p> <p style="text-align: center;">Gonzalo Vecina Neto Diretor Executivo</p> <p style="text-align: center;">Ana Paula Neves Marques de Pinho Gerente Executiva</p> <p style="text-align: center;">Semne Farah Junior Gerente Financeiro</p> <p style="text-align: center;">Jorge Sadayoshi Ogawa Contador CRC ISP 116558/O-5</p>
	2013	2012																																	
<i>Incidentes sobre a receita</i>																																			
Receita, depois dos descontos	207.368.885	200.153.946																																	
ISS 5%	10.368.444	10.007.697																																	
PIS 0,65%	1.347.898	1.301.001																																	
COFINS 3,0%	6.221.067	6.004.618																																	
	17.937.409	17.313.316																																	
<i>Incidentes sobre o Superávit</i>																																			
Déficit do exercício	(7.338.912)	(6.148.887)																																	
IRPJ e CSSL 34%	-	-																																	
	17.937.409	17.313.316																																	

<p>Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras</p> <p>Aos Conselheiros e Diretores do Instituto de Responsabilidade Social Sírio Libanês São Paulo - SP</p> <p>Examinamos as demonstrações financeiras do Instituto de Responsabilidade Social Sírio Libanês ("Instituto"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.</p> <p>Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras</p> <p>A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.</p> <p>Responsabilidade dos auditores independentes</p> <p>Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.</p> <p>Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras o Instituto para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos do Instituto. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.</p> <p>Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalvas.</p> <p>Base para opinião com ressalvas</p> <p>Conforme mencionado na nota explicativa 12 às demonstrações financeiras, o Instituto retificou as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2012 e saldo de abertura em 01 de janeiro de 2012, contabilizando retrospectivamente, contas a receber e receita naquelas respectivas datas base. O mesmo procedimento foi adotado no exercício findo em 31 de dezembro de 2013 pelo reconhecimento de valores de contas a receber e receitas. Entretanto, considerando que o contrato de gestão com o Estado de São Paulo possui repasses fixos anuais e que todos os valores de repasses já haviam sido efetuados ao Instituto durante os exercícios de 2011, 2012 e 2013, não haviam valores a serem recebidos pelo Instituto naquelas respectivas datas base. Conseqüentemente, o contas a receber em 31 de dezembro de 2013 está aumentado e o patrimônio líquido negativo diminuído em R\$ 15.406.577 e o déficit do exercício de 2013 diminuído em R\$ 4.806.105. Contas a receber aumentado e patrimônio líquido negativo diminuído em R\$ 10.600.472 e o déficit do exercício aumentado em R\$ 2.304.240 em 31 de dezembro de 2012 (contas a receber aumentado e patrimônio líquido negativo diminuído em R\$ 9.612.206 em 1º de janeiro de 2012).</p>	<p>Opinião Em nossa opinião, exceto pelos assuntos descritos no parágrafo Base para opinião com ressalvas, as demonstrações financeiras, acima referidas, apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Instituto de Responsabilidade Social Sírio Libanês em 31 de dezembro de 2013, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.</p> <p>Ênfase Sem ressaltar nossa opinião, chamamos a atenção para a Nota Explicativa 1 às demonstrações financeiras, que indica que o Instituto de Responsabilidade Social Sírio Libanês incorreu em um déficit de R\$ 7.338.912 no exercício findo em 31 de dezembro de 2013 e que, naquela data apresentava patrimônio líquido negativo de R\$ 22.240.927 e passivo circulante excedente ao ativo circulante em R\$ 15.566.511, sem considerar os efeitos citados no parágrafo "Base para opinião com ressalvas" acima. Essas condições, conforme descrito na Nota Explicativa 1, indicam a existência de incerteza significativa que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional do Instituto de Responsabilidade Social Sírio Libanês.</p> <p>São Paulo, 24 de abril de 2014</p> <p style="text-align: right;">KPMG Auditores Independentes CRC 2SP014428/O-6</p> <p style="text-align: right;">Marcos Antonio Boscolo Contador CRC 1SP198789/O-0</p>
---	--